

## **EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO**

### **BOLSA DE INVESTIGAÇÃO [TÉCNICO DE INVESTIGAÇÃO]**

Nos termos do 12.º do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do IPMA, IP, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do IPMA, I.P., de 04/06/2019, foi autorizada a abertura de concurso para atribuição de uma bolsa de Técnico de Investigação, na área científica de Ciências Aquáticas, no âmbito do projeto EAPA\_232/2016, INTEGRATE - *Integrate Aquaculture: an eco-innovative solution to foster sustainability in the Atlantic Area*, integrado no Programa INTERREG Arco-Atlântico Europeu, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste anúncio.

#### **1: Destinatários**

A bolsa destina-se a detentores do grau de escolaridade obrigatória para execução de atividade de apoio à investigação na área científica de Ciências Aquáticas.

#### **2: Requisitos de admissão dos candidatos**

O candidato deverá possuir como habilitações literárias: Escolaridade Obrigatória.

Os candidatos deverão possuir, experiência em Aquacultura

Será valorizado

- a) Experiência na manutenção e manuseio de equipamentos de aquacultura
- b) Experiência em rotinas básicas em tanques de terra
- c) Experiência em amostragens biológicas
- d) Disponibilidade para trabalhar aos fins de semana e feriados

#### **3: Programa de trabalhos:**

O programa de trabalhos do bolsista a contratar inclui as seguintes 3 atividades:

- a) Apoio técnico nas ações piloto a serem desenvolvidas no âmbito do projeto
- b) Colaborar na manutenção e limpeza dos tanques de terra e de equipamentos de aquacultura.
- c) Colaborar na pesca nos tanques de peixes para amostragens biológicas.

#### **4: Duração e Condições de Renovação**

A bolsa, com início previsto em julho de 2019, terá à duração de 12 meses sendo eventualmente renovável nos termos do artigo 30º do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do IPMA, IP. Os trabalhos a desenvolver no âmbito da presente Bolsa são de caráter temporário, não tendo continuidade para além da conclusão do projeto.

#### **5: Supervisão e Local onde se desenvolverá a atividade**

A bolsa decorre no quadro das atividades da unidade orgânica DivAV-EPPO, no local Av. do Parque Natural da Ria Formosa s/n 8700-194 Olhão, Portugal, sob a orientação científica do Investigador Responsável Doutor Pedro Pousão Ferreira. O local das atividades poderá ser modificado de acordo com as necessidades do Programa de Trabalhos definido.

## 6: Valor do subsídio mensal de manutenção

O montante da bolsa corresponde a 600 €, conforme tabela de valores das bolsas, aprovada pela FCT, I.P. (<http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/valores>). O pagamento da bolsa será feito com periodicidade mensal, através de transferência bancária a efetuar pelos serviços do IPMA, IP.

## 7: Composição do júri

O júri do concurso, nomeado por despacho do Conselho Diretivo do IPMA, IP, é constituído pelos seguintes membros: Presidente: Doutor Pedro Pousão Ferreira (Investigador Auxiliar); 1º Vogal Efetivo: Doutora Florbela Maria Benjamim Soares, (Investigadora Auxiliar; 2º Vogal Efetivo: Doutora Maria Laura Braga Ribeiro, (Investigadora Auxiliar); 1º Vogal Suplente: Narcisa Maria Mestre Bandarra, (Investigador Auxiliar); 2º Vogal Suplente: Doutor João Pedro Monteiro Ferreira Garcês, (Investigador Auxiliar).

## 8: Métodos e critérios de seleção

8.1 Admissão a concurso: serão admitidos a concurso todos os candidatos que satisfaçam os requisitos definidos nos pontos 2 e 11 deste edital.

8.2 Método de avaliação: os candidatos serão avaliados por avaliação curricular e entrevista.

8.3 A avaliação curricular é expressa quantitativamente de 0 a 20 valores correspondendo à adição dos valores obtidos nos seguintes critérios objetivos:

- a) Mérito do Candidato, considerando para o efeito as classificações obtidas no seu percurso académico de acordo com os requisitos de admissão deste concurso, os trabalhos científicos publicados, os projetos anteriores em que colaborou ou promoveu [5-15 valores].
- b) Adequação do Candidato ao Programa de Trabalhos, considerando para o efeito o seu perfil de formação, a experiência anterior, e a sua adequação ao Programa de Trabalhos [5-15 valores].

8.4 Sendo realizada entrevista, esta pode ser efetuada presencialmente ou por meios eletrónicos, correspondendo a sua classificação à adição dos valores obtidos nos seguintes critérios:

- a) Interesse, motivação e postura [5 valores].
- b) Sentido de organização [5 valores].
- c) Capacidade de adaptação [5 valores]
- d) Expressão e fluência verbal [5 valores]

8.5 A classificação final de cada candidato será decidida por maioria simples dos membros do júri.

8.6 Lista Ordenada de Classificação Final: Todos os candidatos admitidos a concurso serão seriados ordenadamente pela classificação atribuída pelo júri. No caso da realização de entrevista a classificação final será obtida pela soma ponderada da avaliação curricular, com o peso de [50%], e da entrevista [50%]. No caso da não realização de entrevista a classificação final será a que corresponde à avaliação curricular.

8.7 O júri do concurso realizará as reuniões necessárias para a obtenção de uma decisão final, documentando em ata os procedimentos utilizados, bem como todos os elementos julgados relevantes para a construção da decisão final.

## 9 Comunicação dos resultados

Findo o processo de avaliação, os candidatos serão notificados da lista ordenada de classificação, num prazo de 5 dias úteis, seguindo-se o processo de audiência de interessados, nos termos do artigo 16º do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do IPMA, IP.

## 10 Homologação

Após a conclusão do processo de audiência de interessados e a sua apreciação pelo júri do concurso, será a decisão final do júri proposta para homologação pelo Conselho Diretivo do IPMA, IP.

## 11 Apresentação de candidatura:

A candidatura à bolsa de investigação é formalizada através do envio, para o email [candidaturas.bolsas@ipma.pt](mailto:candidaturas.bolsas@ipma.pt), do formulário disponível em: <http://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/organizacionais/IPMA-FORMULARIO-CANDIDATURA-CC-v1.0.pdf> devendo ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia do documento de identificação;
- b) Certificado de residência permanente, autorização de residência permanente ou estatuto de residente de longa duração, se aplicável;
- c) Documentos comprovativos das condições exigíveis para o respetivo tipo de bolsa;
- d) *Curriculum vitae* do candidato;
- e) Cópia dos comprovativos relativos à experiência profissional e formação, nomeadamente cartas de recomendação, comprovativos de cursos ou estágios realizados;
- f) Documento atualizado comprovativo da situação profissional, com indicação da natureza do vínculo e funções, podendo ser substituído por declaração sob compromisso de honra caso o candidato não exerça qualquer atividade profissional ou de prestação de serviços.

Caso não seja possível obter os certificados mencionados na alínea c) até ao termo do prazo de candidatura, o candidato deve substituí-los por declarações da sua responsabilidade com o correspondente conteúdo, submetidas eletronicamente e, em caso de concessão da bolsa, enviar ao IPMA, IP os certificados oficiais, antes da celebração do contrato de bolsa. A não entrega da documentação, referida em b), e) e f), no prazo de um mês a partir da data da notificação dos resultados, implica a não concessão de bolsa.

## 12 Legislação e regulamentação aplicáveis

- Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do IPMA, I. P., aprovado pela FCT, I. P. a 16 de agosto de 2017;
- Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29 de outubro.
- Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P., aprovado pelo Regulamento n.º 234/2012, de 25 de junho, alterado e republicado pelo Regulamento n.º 326/2013, de 27 de agosto e alterado pelo Regulamento n.º 339/2015, 17 de junho.
- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O Presidente do Júri,

(Pedro Pousão Ferreira)